

Ensino público e gratuito para todos

LUIZ PINGUELLI ROSA e ALEXANDRE MAGALHÃES DA SILVEIRA

Foi uma resolução do Encontro Nacional de Associações de Docentes (II ENAD) que as associações de docentes se integrem em uma campanha nacional pelo ensino público e gratuito. Esse movimento tem como consequência natural a reivindicação de mais verbas para educação, pois os recursos orçamentários para o ensino público têm caído percentualmente no Brasil nos últimos anos. Aplica-se hoje apenas cerca de 4,3% do orçamento federal em educação, enquanto a recomendação da UNESCO estipula esse índice em 12% e a Constituição de 1946 previa 10%. O ensino deve ser público e gratuito em todos os níveis para todos os que desejarem. Essa é uma tarefa básica do Estado, que não pode transferi-la à iniciativa privada, como vem ocorrendo em nosso país, de acordo com uma política privatizante e antidemocrática deliberada. O ensino primário e médio oficial tem piorado sensivelmente, chegando-se ao descalabro em alguns Estados e municípios, responsáveis esses pelo 2º e 1º graus respectivamente. A classe média e os mais ricos passaram a fugir da rede oficial, preferindo as escolas e colégios privados, onde em geral não encontram também um ensino adequado, mas apenas maiores comodidades materiais pelas quais pagam a peso de ouro. O abandono do ensino público é visível os salários baixos dos professores de nível médio e primário e pelo estado deprimente de abandono dos prédios e instalações escolares?

A situação do ensino superior é diferente em certos aspectos, mas não menos dramática. Aqui o ensino público é indubitavelmente muito melhor do que o privado, inclusive em instalações. As universidades e faculdades particulares proliferaram como verdadeiros caça-níqueis sem as mínimas condições acadêmicas, com raras exceções, praticamente limitadas a algumas universidades religiosas.

Atualmente existem dois equívocos principais quando ao ensino público e gratuito. O primeiro é do MEC e dos setores que defendem a privatização do ensino (principalmente as Mantenedoras das Faculdades Particulares), propondo o fim da

O objetivo maior dos docentes deve ser a encampação, pelo poder público, das faculdades financeiramente insolventes

gratuidade do Ensino Superior Público. O segundo equívoco é dos que ao mesmo tempo que defendem mais verbas para o ensino público e gratuito, defendem também mais verbas para o ensino privado o que levará a um enriquecimento ainda maior dos mantenedoras, levando à maior asfixia do ensino público e gratuito. O avanço da privatização do ensino nos últimos 15 anos foi feito também em detrimento do Ensino Público. O crescimento percentual do ensino superior privado se deu simultaneamente à diminuição das verbas públicas para o ensino. Enquanto antes de 1964 o ensino superior público era responsável por mais de 50% das matrículas, hoje ele é responsável por menos de 30%.

É uma ilusão pensar que uma maior generosidade do governo dando verbas abundantes aos empresários de ensino resultará em aumento de salários dos professores e em diminuição das anuidades dos alunos. A lógica empresarial é de minimizar os custos (no caso, os salários) e maximizar os preços (no caso, as anuidades). As verbas públicas graciosamente doadas às faculdades privadas irão provavelmente resultar em investimentos do proprietário e/ou sociedade mantenedora em imóveis para a faculdade, em instalações físicas, etc. Isso quando não se fizerem especulações no mercado financeiro e imobiliário. Pensar que é possível controlar o dinheiro em mãos de entidades privadas é ilusório e quem condiciona a doação dessas verbas à sua aplicação exclusivamente em salários de professores não está sendo realista com a dinâmica da iniciativa privada. O que determina os baixos salários é o mercado de trabalho, em que sobram docentes sem ocupação enquanto o número de alunos por turma é excessivo e a carga horária de cada docente é incompatível com a prática de um ensino sério. Quem manipula essa situação são os proprietários de faculdades, aos quais se dará ainda maior poder fortalecendo-os com ver-



bas públicas. Por outro lado, o que pode levar a salários melhores é a luta dos docentes do ensino privado, sua organização nas suas associações, seus sindicatos, e sua integração no movimento nacional de todos os docentes.

Se há contradições entre melhores salários e anuidades menos escorchantes é porque o ensino superior privado é insustentável economicamente. Se desejamos que ele tenha um nível pelo menos razoável, a única solução para essa contradição é a encampação das faculdades insolventes financeiramente pelo poder público. Esse deve ser o objetivo maior dos docentes. E não se diga que é uma proposta radical ou idealista, porque isso aconteceu recentemente em Campina Grande e Cajazeiras, onde a Universidade Federal da Paraíba acaba de absorver faculdades antes privadas.

Devemos refletir sobre a maturidade do movimento sindical dos trabalhadores, que não costuma pedir verbas públicas para os patrões a fim de, em troca, obter maiores salários ou salvar emprego. Ao contrário, tradicionalmente os favores oficiais são defendidos é por um certo tipo de iniciativa privada, habituada a socializar os prejuízos e capitalizar os ganhos. Cremos que estamos todos de acordo sobre o escândalo que foram os famosos rombos que o governo deu em bancos oficiais para socorrer certas empresas e cobrir seus prejuízos.

Embora não sejamos ingê-

lutar para cortar agora todos esses subsídios, indiretos e diretos, já existentes, porque quem primeiro sofreria seriam os professores e estudantes. Mas daí a levantar a bandeira de mais verbas públicas para o ensino privado, camuflada atrás da justa reivindicação de mais verbas para educação pública, vai uma grande distância. Levantar tal bandeira é negar o princípio do ensino público e gratuito. Negar esse princípio, ainda que momentaneamente e por razões táticas, pode nos levar no futuro a um beco sem saída, ao fim do qual o movimento dos docentes estará dividido e sem perspectivas, sem nenhum proveito duradouro para os colegas do ensino privado.

Um ponto em que vemos estar todos de acordo é o da necessidade dos professores das Instituições de Ensino Superior (IES) privadas conquistarem um controle interno maior das suas Instituições de Ensino Superior (IES), incluindo a fiscalização da situação financeira e das relações com as mantenedoras. A situação atual é péssima: os professores não têm a necessária participação sequer nas decisões de caráter puramente acadêmico na maioria das IES privadas.

Nelas, muitas vezes não há estrutura departamental efetiva, não há colegiados representativos, não há docentes em tempo integral, enfim não há um ambiente universitário. Os estatutos não são respeitados, prevalecendo a CLT que permite ao patrão demitir um ou muitos professores sem dar maiores satisfações à comunidade acadêmica. Ao fim de cada ano letivo repetem-se as demissões generalizadas, com a finalidade de promover o rodízio dos professores, aviltando-os profissionalmente para rebaixar seus salários. Por pior que ainda sejam as estruturas de poder antidemocráticas nas universidades públicas, nas universidades privadas é pior: o poder total é dos donos e/ou prepostos.

Como alimentar com verbas públicas essa situação?

Estamos conscientes de que é preciso manter unidos o movimento dos docentes. Por isso estamos abertos à discussão desse tema, sabendo-o muito delicado porque toca diretamente os colegas e estudantes do ensino privado. Acharmos que a colocação, com toda a clareza e sinceridade, das nossas posições sobre o ensino privado ajudará a construir a unidade sobre bases sólidas e duradouras.

Luiz Pinguelli Rosa é presidente da Associação de Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Alexandre Magalhães da Silveira é vice-presidente da mesma entidade. Ambos participaram da I Conferência Brasileira de Educação, que se realizou a semana passada na PUC de São Paulo.